

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Pará Class.: Arara 152

Data: 05/02/93 Pg.: A-3

Nicias critica doações de áreas de terra aos índios

O deputado federal Nicias Ribeiro, do PMDB paraense, voltou a usar a tribuna da Câmara dos Deputados para protestar contra a valorização das tribos indígenas, que têm recebido imensas áreas de terra, em detrimento de brasileiros que não possuem um palmo de terra para morar ou trabalhar. A irresponsabilidade da Funai, no caso, também é gritante, disse o orador.

Segundo Nicias Ribeiro, "O Brasil, de um tempo pra cá, anda tão confuso, que somos obrigados a nos lembrar de Stanislaw Ponte Preta, do seu "Samba do Crioulo Doido". Veja bem Vossa Excelência: na década de 70, o Governo Federal resolveu por bem implantar grandes projetos na Região Amazônica, especialmente na Rodovia Transamazônica e na Rodovia Santarém-Cuiabá, além do Projeto Carajás. Aberta a rodovia Transamazônica, foi feito um projeto de colonização, através do INCRA, — portanto, um organismo do Governo Federal. No Governo Collor, veio a febre de se valorizar excessivamente a figura do índio brasileiro. Estimou-se de tal ordem a reserva Yanomami, que se deu mil hectares de terra a cada índio Yanomami, independente-

mente do tamanho do índio. Por mais tenra idade que esse índio tivesse, ele tinha direito a cerca de mil hectares de terra na reserva dos Yanomamis", declarou o orador.

Frisou que "não satisfeita, e apesar de vários protestos, inclusive aqui nesta Casa, a Funai resolveu por bem aumentar a reserva dos índios Menkragnoti, no sudoeste do Pará, na rodovia Santarém-Cuiabá. De uma reserva de 665 mil hectares, a Funai resolveu aumentá-la para em torno de 1 milhão e 800 mil hectares. Agora, a mesma Funai, Sr. Presidente, resolveu aumentar a reserva dos índios Arara, na rodovia Transamazônica. E veja bem Vossa Excelência: foram dados, através da Portaria nº 26, de 22 de janeiro de 1993, 760 mil hectares de terra para apenas trinta e três índios, naquela região, prejudicando os colonos dos Municípios de Altamira, Medicilândia, Uruará e Rurópolis, todos no Estado do Pará".

"O pior, declarou Nicias Ribeiro, é que aquele órgão aumentou a reserva indígena ocupando áreas já ocupadas por colonos e trabalhadores há mais de 10 anos.

A Funai não respeita mais

direito de posse, não respeita mais direito de domínio, não respeita mais direito de propriedade neste país.

Dirla, portanto, que o Brasil vive hoje o "Samba do Crioulo Doido": o Incra titula a terra para colonos e a Funai não respeita esses títulos tentando retirar os colonos".

Segundo Nicias, "pergunto quem será responsável pelo provável derramamento de sangue na região? Existe uma antropóloga na Funai que falta com a verdade ao afirmar em seu parecer que esteve na região e que lá existem apenas 30 colonos, quando existem na verdade em torno de 4 mil famílias ocupando a região, há mais de 10 anos inclusive com grande produção agrícola. A Funai, irresponsavelmente falta com verdade ao sr. Ministro da Justiça, para que S. Exa, devidamente convencido, baixe atos dessa natureza".

"E desta tribuna faço um clamor ao Presidente Itamar Franco, para que determine a suspensão dos efeitos de qualquer decisão de todas as Portarias do Ministério da Justiça que determinem a demarcação de terras indígenas neste país, especialmente na Amazônia, sob

pena de se aniquilar inclusive a Nação brasileira.

Para onde irão os brasileiros não-índios? Portugal não nos aceita e o Brasil é dos índios. Para onde iremos?...

Sr. Presidente, peço essas providências, para que essas Portarias sejam revogadas, para que o assunto seja reestudado, até porque essas portarias, a meu ver, agredem frontalmente o "caput" do art. 48 da nossa Constituição, pois a demarcação das terras indígenas é matéria de competência da União, conforme dispõe o art. 231, também da nossa Constituição, e portanto, deveria ser ouvido o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, queria fazer o registro dessa revolta dos brasileiros não-índios deste país, para que se respeite o povo que trabalha e que foi levado para a Transamazônica pelo mesmo Governo Federal que hoje tenta expulsá-los das terras que lhes concedeu por intermédio do Incra.

Era o registro, sr. Presidente, que queria fazer nesta oportunidade, para que esta Casa possa ficar alerta e desperte para a irresponsabilidade da Funai para com o futuro da Nação brasileira".